

Apontamentos para uma nova leitura do currículo de jornalismo

José Coelho Sobrinho *

INTRODUÇÃO

As estruturas curriculares baixadas pelo Conselho Federal de Educação têm sido os principais argumentos citados por professores e instituições para justificar a ineficiente formação de profissionais de jornalismo.

É evidente que não se pode excluir de responsabilidade aquele órgão federal. Entretanto, é necessário que outros fatores sejam levantados e discutidos, que, se por um lado não inocentam de responsabilidade o CFE, por outro fazem aflorar os co-responsáveis pelo problema.

As instituições que se dedicam ao "ensino" de jornalismo intervem erradamente no processo de formação quando sem critérios e princípios formam o corpo docente, construindo alicerces frágeis para a edificação de cursos; quando os estruturam sem as mínimas condições laboratoriais, sonhando de seus alunos os direitos adquiridos na seleção a que se submeteram; quando não atualizam os seus recursos de laboratório, fraudando alunos e professores que não conseguem concorrer no mercado de trabalho em igualdade de condições com seus pares; quando através de convênios substituem as necessidades de laboratórios próprios, negando o mais sagrado princípio universitário de estar a serviço da comunidade e não se servir dela para suas atividades; quando, pela odiosa prática da censura, impedem que haja livre manifestação de idéias, e quando através de outros fatores de sua exclusiva competência impedem que o aprendizado se realize em sua plenitude.

Os professores, também, têm grande culpa, ampliando o rol das causas que contribuem para a formação de profissionais sem compe-

* Professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo — USP.

tência. Aqueles que, em busca de *status*, se submetem ao ministério de aulas de assuntos que não lhe são íntimos estão sendo desonestos com seus alunos. Os que tão-somente cumprem obrigações contratuais, ainda que afirmem ser a docência um verdadeiro sacerdócio, estão negando este caráter docente. Há os que encobrem suas deficiências remetendo culpa às condições materiais das instituições. Alguns, por comodidade, inibem a própria criatividade quando estruturam os programas de suas disciplinas fazendo deste ato uma resposta meramente burocrática. Grande parte nega a universalidade do conhecimento da área ao impedir trabalhos coordenados de disciplinas afins. Existem os que contestam a individualidade discente tratando a todos como se fossem moldados em uma mesma fôrma. Há, ainda, os profissionais que atuam na área docente e copiam nas escolas as entidades em que trabalham, fazendo delas a matriz de formação profissional.

Os órgãos governamentais, responsáveis direta ou indiretamente pela formação do jornalista, recaem outras formas de negligência. Não é admissível que aos docentes sejam oferecidos salários até inferiores ao piso profissional. Não há justificativas plausíveis para explicar o descaso a respeito de cursos e viagens que proporcionem a atualização docente. Não se pode conceber um currículo mínimo sem consultas exaustivas e pesquisas sérias entre o corpo docente das várias escolas. Inexplicável, também, a imposição de condições mínimas para o funcionamento de cursos, quando as próprias instituições submetidas à administração ou custódia oficial não são contempladas com verbas que viabilizem essas exigências. Incompreensível a política de financiamento de pesquisas na área pelas agências financiadoras governamentais que destinam verbas irrisórias para este fim. Desonesto o reconhecimento de cursos sem, pelo menos, o embrião de laboratórios que proporcionem aos alunos condições mínimas de prática jornalística.

A grande maioria das empresas jornalísticas se limita a criticar velada ou ostensivamente a formação profissional sem intervir honestamente no processo de melhoria dos cursos. Alegam que as escolas estão mal aparelhadas para formar bons profissionais. Contudo, esquecem-se que uma instituição jornalística tem *status* de serviço público e que também é de responsabilidade delas a destinação de parte de seus lucros (com amparo fiscal) para o aparelhamento condizente das escolas. Criticam a má formação intelectual dos egressos de escolas de comunicação. Entretanto, são raros os casos em que oferecem subsídios para que essas deformações sejam sanadas. Criticam a capacidade docente, em contrapartida vedam suas portas aos pesquisadores. Quando apregoam maior aproximação entre a escola e a empresa, se vestem de exemplo, verdade e onipotência, e como magistradas se delegam poderes de crítica e censura.

As associações de classe também fogem à responsabilidade que lhes cabe. A "colaboração" mais efetiva dessas entidades se resume na informação de que o mercado de trabalho está saturado, enquanto alguns de seus agregados ocupam três ou mais vagas neste mesmo

mercado. Fazem restrições ao corpo docente das escolas, mas não se valem das prerrogativas que a lei lhes confere para impugnar a contratação de professores sem o registro profissional. Quando procuradas para pesquisas ou informações, se negam ou, invocando sigilo, não facilitam o trabalho de seus futuros associados.

Os alunos, pacientes destes desencontros, são os mais atingidos. A medida que as disciplinas se sucedem e as informações sobre o futuro profissional se vão delineando, paulatinamente se desinteressam dos cursos. Procuram vestibulares para outras carreiras, ingressam em outras profissões ou, burlando a lei com a complacência das empresas, são admitidos em jornais com baixos salários e fazem das escolas tão-somente um ponto de apoio para obter o diploma que regularizará a situação profissional.

Apesar desta rede interminável de incoerências, as escolas cumprem parte de seu papel. Ainda que neguem, grandes profissionais foram forjados nos bancos escolares e hoje dão novas dimensões à profissão e ao jornalismo. A convivência ideológica na universidade parece ser um dos pontos basilares que faz emergir profissionais com competência para entender intelectual e socialmente os movimentos de massa que ocorrem em nosso país. O talento dos jovens que ingressam nas escolas, ainda que não lapidado com o necessário cuidado, é um serviço que empresas e profissionais não podem negar ou esquecer, e que a história, por certo, há de confirmar.

ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR ATUAL

A aprovação do currículo mínimo dos cursos de comunicação social, no qual se insere o de jornalismo, de acordo com o Parecer 480/83, aprovado em 6-10-83, pelos membros do Conselho Federal de Educação, traz em seu bojo alguns progressos, mas continua apresentando falhas estruturais, pedagógicas e didáticas por tratar os cursos de comunicações dentro de visões acadêmicas conservadoras e ultrapassadas.

O documento que trata dos antecedentes que nortearam a implantação do novo currículo faz uma análise pertinente do assunto. Contudo, a estrutura resultante não espelha essa peça teórica.

Têm razão os conselheiros quando procuram fundamentar os estudos de currículo na "vivência direta da realidade". Essa vivência entretanto pressupõe participação atualizada do aluno como agente, paciente e crítico do processo social, comunitário e escolar. Esta meta não é atingida pelo rol de disciplinas e pelo ementário pertinente. Esta nos parece a deficiência gerada pela excessiva visão acadêmica na estrutura dos cursos de jornalismo. O jornalista vive o presente e busca no passado remoto ou próximo a explicação convincente e a interpretação coerente da realidade. A todo momento repensa, reinterpreta e por isso não pode ser formado dentro de parâmetros rígidos. É em sua vivência discente que o aluno deve começar a ser treinado e autotreinado sobre a ou as verdades dos fatos que, como

membro social participante, vive e observa. Assim, por exemplo, uma disciplina como História da Comunicação não deve estar atrelada a conceitos e fatos. Deve ser programada dinamicamente para poder discutir a realidade e os acontecimentos atuais e presentes, resgatando os fatos passados que lhes foram causas. A mesma atitude deve estar expressa no ministério de disciplinas como Teoria Política, Cultura Brasileira e quase todas as disciplinas denominadas eletivas no novo currículo.

A "experiência intermediada pela ação de grupos" deve respeitar a especificidade da cultura e das tradições regionais. A cultura de massa, enquanto objeto de estudos, precisa ser segmentada de acordo com as características dos vários brasis que convivem neste grande território. O novo currículo não parece contemplar expressamente estas várias particularidades socioculturais ao estratificar um modelo que deva ser, indistintamente, implantado pelas escolas. O espírito de aldeia global que rompe com as estruturas locais de costumes, tradição, folclore e comunidade parece ter imperado como se houvesse intenção de homogeneizar os laços e criar uma grande comunidade nacional. Parece estar embutido no projeto a idéia de que a comunicação jornalística tem um só discurso para as distintas regiões brasileiras. Não há, enfim, espaço que contemple o público como objeto de conhecimento do comunicador.

Uma outra área cognoscitiva que o atual currículo procura privilegiar é "a experiência proporcionada pelos meios e atividades de comunicação social". É temerosa esta recomendação, pois traz acoplada possíveis interpretações de que é dever das escolas repetir o exemplo das empresas que obtêm sucesso no mercado, padronizando as atividades de seus profissionais como modelos. Melhor seria recomendar que estas experiências fossem analisadas e pesquisadas para que, através do conhecimento de todos os resultados, fosse possível experienciar novas atividades, novos meios e discursos que refletissem as reais necessidades dos públicos. Quando, por exemplo, as redes de televisão horizontalizam programações a nível nacional, sem respeitar as características regionais de seus públicos, devem estar interferindo e sufocando as ricas culturas regionais dos vários segmentos de sua audiência. O que fizeram as escolas para aferir as distorções causadas por essa massificação? Além dos interesses de economia operacional, que outras intenções se escondem sob esta cortina? Se mesmo antes desta recomendação, os professores — em grande número pertencentes a grandes empresas — padronizavam a formação de seus alunos tendo como parâmetros profissionais aqueles que são exigidos pelas respectivas organizações, o que não dizer após ela? Evidentemente não se pode desprezar as experiências vivenciadas por profissionais e empresas. Entretanto, a universidade não existe simplesmente para repeti-las mas também para recriá-las e analisá-las à luz da Ciência.

À vista destes problemas melhor seria que os órgãos federais que detêm o poder de gerar currículos se limitassem a baixar algumas recomendações, com exigências mínimas quanto à produção

científica de docentes e discentes e de infra-estrutura laboratorial, cabendo às instituições o soberano dever de montar o conjunto de disciplinas, de acordo com as especificidades e necessidades sociais.

PROPOSTA

Tendo por base o levantamento feito nas linhas anteriores e considerando as palestras de profissionais e professores do "I Curso de Atualização para Professores de Jornalismo", após decupagem conceitual à luz de princípios recomendados pela educação humanística, pode-se depreender que a atual segmentação, antes de ser um fator benéfico ao aprendizado, acarreta deformações que só após algum tempo de atividade profissional poderão ser corrigidas.

Não se pretende com isso derrubar a idéia de que o aprendizado se dê por etapas e que haja disciplinas que devam ser pré-requisitos para outras. Assim, as atividades de diagramação só poderão ser apreendidas quando o aluno tenha conhecimentos prévios de artes gráficas, da mesma forma que a linguagem opinativa só poderá ser absorvida quando o discente dominar as técnicas de redação de uma notícia.

Ao currículo cabe possibilitar a professores e alunos a mais globalizante possível dos processos de edição de jornais, revistas, rádiojornais e telejornais. Ele deve permitir, também, que as disciplinas tenham tal imbricamento a ponto de proporcionar que as notícias produzidas e/ou discutidas nos cursos sejam analisadas e interpretadas coerentemente, lançando mão para esse fim dos conhecimentos patrocinados por ciências e disciplinas afins, como antropologia, sociologia, psicologia etc.

É dever dos currículos propiciar o inter-relacionamento dos diversos semestres (ou séries) para que a segmentação da atividade jornalística não seja transmitida como trabalhos isolados. É necessário que durante a formação profissional os alunos sintam e vivam a interligação entre a direção do jornal, que determina a filosofia editorial do periódico; dos editores, que procuram cumprir essa determinação; dos pauteiros, que em primeira instância fornecem elementos para as matérias; dos repórteres, que estão encarregados de captar as informações; dos redatores, que homogeneizam a linguagem dentro dos parâmetros de espaço e discurso do jornal; dos diagramadores, que organizam as informações consoante critérios que personificam graficamente o veículo; da oficina, que deve obedecer os horários determinados para a impressão e distribuição do produto final, e dos leitores, quer sejam consumidores habituais ou esporádicos, mas que correspondem à meta final do trabalho jornalístico.

O que se observa na maioria dos órgãos laboratoriais, que, em última análise, são o produto físico da organização curricular das escolas, são práticas que inviabilizam o trabalho sistemático do processo jornalístico. O fato de se ilhar a séries a execução de periódicos, antes de ser um fator benéfico à formação global do estudante, é alienante, na medida em que distribuindo tarefas a um pequeno

grupo, se limita a capacidade de seu entendimento total do processo. Outras vezes, por ser exageradamente globalizante, faz com que o aluno não discrimine claramente as funções jornalísticas. É necessário que se encontre um meio-termo para permitir que os limites dos subconjuntos de atividades sejam claros e resultem no conjunto total das ações profissionais.

Um fator que colabora para a falsa imagem do jornalista eclético é a distribuição que se faz do corpo docente. Não raro, pela carência de professores competentes ou pelo exíguo número de docentes, as disciplinas de diferentes áreas de especialização são ministradas por um mesmo professor. Este profissional é visto pelos alunos de duas formas: ou é uma pessoa especializada em generalidades jornalísticas, portanto pouco profundo em seus conhecimentos; ou é um profundo conhecedor das tarefas jornalísticas, portanto um exemplo a ser seguido.

É necessário que o corpo docente seja formado por grandes conhecedores de áreas jornalísticas e que eles, na vida acadêmica, tenham condições de produzir intelectualmente nas áreas em que atuam. É necessário que sejam criados e desenvolvidos métodos e técnicas de pesquisa que resultem no enriquecimento da bibliografia e dos conhecimentos que nortearão profissionais e alunos. É preciso que o corpo docente se forme e se cristalize em áreas determinadas para que, também, os métodos de aprendizado sejam desenvolvidos coerentemente e haja continuidade do processo na sucessão das turmas que passam pelo grupo de professores. É por este motivo que a semestralidade atual deve ser condenada. O trabalho docente sofre rupturas e vive da sazonalidade dos períodos de oferecimento das disciplinas. Esta prática, antes de reciclar os professores, funciona como barreira para a melhoria do ensino, quer intelectual, quer pragmática.

Tendo presente o atual currículo, os pontos levantados em linhas anteriores e os conceitos discutidos à luz da corrente pedagógica que defende a educação humanística, pode-se montar um currículo que venha efetivamente proporcionar aos estudantes de jornalismo uma formação atualizada e compatível com as exigências profissionais.

Esta proposta está baseada nos seguintes pontos:

1. Agrupamento das disciplinas em áreas de trabalho jornalístico e de apoio ao conhecimento.
 - 1.a. Banco de Dados
 - 1.b. Notícia
 - 1.c. Jornal
 - 1.d. Revista
 - 1.e. Rádio
 - 1.f. Televisão
 - 1.g. Outros meios
 - 1.h. Fundamentação intelectual
 - 1.i. Fundamentação do discurso
 - 1.j. Especialização discente.

2. Agrupamento dos professores em áreas de trabalho e conhecimento.
3. Oferecimento das áreas de trabalho e conhecimento em períodos semestrais, duas vezes ao ano.
4. Pré-requisitos: Banco de Dados e Notícia.
5. Especialização discente após o cumprimento total das áreas de trabalho e conhecimento.
6. Liberdade de escolha discente para as áreas de trabalho após o cumprimento dos pré-requisitos.

Banco de Dados

A área de trabalho "Banco de Dados" deve ser o primeiro passo para a formação jornalística. Nesta área devem estar reunidas as disciplinas que montem a base prática e teórica do futuro profissional. É um órgão laboratorial onde os ingressantes devem iniciar as atividades de contato com a matéria jornalística e com a infraestrutura de sua captação. Neste órgão se fará toda a documentação jornalística de texto, imagem, fitas, VTs, bibliografia, cadastro de fontes, enfim, todas as tarefas ligadas a arquivo e documentação. A informatização desta unidade é desejável para que os alunos tenham a oportunidade de interação com esta linguagem. Além das disciplinas pertinentes à área, deve-se acrescentar disciplinas de técnica jornalística como artes gráficas, captação etc. É um órgão laboratorial de apoio aos demais, quer sejam eles eletrônicos ou impressos.

Notícia

Nesta área de trabalho deve-se iniciar o trabalho de produção de matérias de cunho informativo para veículos impressos e eletrônicos. O aluno já tendo certa intimidade com a seleção de matérias para arquivo, conhecimento de pautas, bibliografia de assuntos, formas de abordagem de fontes, conhecimento de técnicas de reportagem adquiridas no semestre anterior, estará em condições de captar a notícia, redigi-la em seus diversos ângulos de abordagem para os vários veículos. A esta prática, disciplinas de formação técnica, como planejamento gráfico, fotojornalismo e outras, devem ser incluídas para dar todo o embasamento técnico ao futuro profissional. Neste grupo de disciplinas cabem publicações que veiculem matérias informativas.

De posse dos conhecimentos gerados nestes dois semestres, o aluno poderá optar, dentro de regras preestabelecidas de vagas, a uma das seguintes áreas, excetuando-se a de especialização:

Revista

Esta área deve se encarregar da publicação de uma revista impressa. Os alunos matriculados deverão se incumbir de pautar matérias, valendo-se para tanto dos arquivos organizados no "Banco de

Dados”, captar as informações pautadas, redigir as matérias de acordo com o número de linhas planejado para a edição. Aos alunos e monitores do “Banco de Dados” deve caber a Secretaria Gráfica e o fornecimento de matérias e fotos de arquivo. Os trabalhos de foto-jornalismo e diagramação devem estar sob a responsabilidade de alunos e monitores matriculados no grupo de disciplinas que fazem parte da área “Notícia”.

Jornal

Nesta área estarão reunidos professores e alunos que se encarreguem da publicação periódica de jornais. O inter-relacionamento com as demais áreas se fará como foi descrito no projeto anterior.

Rádio

A área “Rádio” deve conter as disciplinas que possibilitem a alunos e professores a manutenção de um radiojornal diário, valendo-se da infra-estrutura das áreas “Banco de Dados” e “Notícia” e de matérias pautadas e captadas pelos alunos e monitores matriculados neste segmento.

Televisão

Os alunos e professores desta área deverão editar periodicamente jornais televisionados, aproveitando a estrutura e o funcionamento das áreas de trabalho anteriormente descritas.

Outros meios

No grupo de disciplinas ligadas a esta área se concentra o estudo e a produção de vídeos, teletextos, videotextos etc.

Especialização

Depois do aluno passar por todas as áreas de trabalho, cuja duração mínima é de sete semestres, deverá se matricular no curso de especialização da graduação, quando escolherá dentre as áreas aquela em que fará seu maior investimento profissional. O aluno deverá apresentar um projeto teórico ou prático e retornar ao grupo de professores da área que o orientará na realização do projeto. É neste ponto que se dará a criação e a discussão de problemas pertinentes ao jornalismo que, a um só tempo, dará ao aluno possibilidades de aprofundar os conhecimentos adquiridos como deverá gerar textos importantes para a bibliografia jornalística.

Fundamentação intelectual

As disciplinas de fundamentação intelectual se distribuirão em todas as áreas, seguindo a ordenação pertinente à formação intelectual do aluno, possibilitando ao corpo discente a aplicação dos co-

nhcimentos adquiridos na realização prática dos produtos relativos a cada área de trabalho.

Fundamentação do discurso

São as disciplinas que tratam do discurso jornalístico nos diversos veículos. Deverão trabalhar em consonância com as disciplinas de linguagem das várias áreas, de tal forma que tenham programas específicos para cada veículo, auxiliando na elaboração lingüística dos mesmos e discutindo o produto final nas avaliações correspondentes.

CONCLUSÕES

1. *Professores* — Os professores, reunidos em áreas de trabalho de acordo com as respectivas capacitações, poderão desenvolver suas atividades de forma mais natural e poderão constituir grupos de estudos que gerem frutos na área bibliográfica e didática. Estarão livres das incômodas mudanças semestrais de disciplinas que não permitem ao docente o enriquecimento e o aprofundamento dos conhecimentos de sua especialidade. As teses e os trabalhos docentes fluirão com mais naturalidade, o que se refletirá na maior produção intelectual dos grupos.

2. *Alunos* — Para os alunos a estrutura sugerida apresenta a vantagem de permitir que os interesses de cada um sejam respeitados. A possibilidade de, após os dois primeiros semestres, se fazer a escolha da área de trabalho desejada atenua o rigor da atual estrutura, que impele ao aluno traçar metas para sua formação e sanar as falhas e os desconfortos dos créditos que se tornam um conjunto desconexo de disciplinas e que, antes de ser democratizante, é anarquizante. O aluno encontrará um modelo prévio de conhecimentos em cada área e não será surpreendido a cada período por inovações curriculares que truncam sua vida escolar lançando descontentamento na mente estudantil. A possibilidade de se especializar na área de seu interesse permitirá que os egressos das escolas tenham maior competência para assumir cargos sem riscos para empregados e empregadores.

3. *Convênios* — A divisão em áreas de trabalho permitirá que se façam convênios de pesquisa, treinamento e formação profissional entre escolas e empresas. Esta estrutura, criando um grupo fixo de trabalho docente, permitirá que os estudos feitos sejam profundos e especializados, resultará em maior confiabilidade acadêmica e profissional, assegurando aos professores possibilidades de explorar, com critério, a potencialidade da força de trabalho das pessoas envolvidas em cada área.

4. *Trabalhos práticos* — Os órgãos laboratoriais deixarão de ter vida meteórica, isto é, não se alternarão a cada semestre como se

fossem projetos novos. A continuidade destes periódicos (impressos e eletrônicos) vai permitir avaliações constantes tanto no campo didático como no de resultados práticos, ensejando mudanças dentro de parâmetros seguros e confiáveis.

5. *Instituição* — Para a instituição de ensino os grupos de trabalho e os órgãos criados tornar-se-ão elementos confiáveis para o investimento de empresas e agências financiadoras, sendo fator de auto-sustentação de docentes e projetos. Por outro lado, as contratações docentes serão mais confiáveis e seguras, pois as necessidades serão detetadas com maior facilidade.